

**MUDANÇAS NA CONJUGAÇÃO VERBAL
NO USO DAS FORMAS PRONOMINAIS
"NÓS" / "A GENTE"**

Márcio Amieiro Nunes (UEMS)

marcioamieiro@gmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho descreve as mudanças linguísticas ocorridas na língua portuguesa desde a sua formação até o período contemporâneo e nas peculiaridades do português brasileiro. Serão apresentadas as mudanças que envolvem o significado da palavra "gente" precedida do artigo "a", a sua colocação informal como "a gente" substituindo a forma pronominal "nós" e como esse fenômeno simplifica a conjugação dos verbos quando se usa a forma pronominal "você" junto com a variante "a gente". Tais processos são relacionados com as transformações da língua e podem ser explicados por Ismael de Lima Coutinho (1976), Carlos Alberto Faraco (2005) e Evanildo Bechara (1999).

Palavras-chave: Mudança linguística. Diacronia. Pronomes.

1. Introdução

O estudo das variedades linguísticas pode ser feito sob a perspectiva diacrônica, em uma análise histórica seja ela interna ou externa, a primeira estuda as mudanças da língua através do tempo, pelo viés da linguística e suas ciências, a segunda investiga o espaço, tempo, climas, fatores sociais, políticos, econômicos, as influências dos substratos, superstratos, adstratos¹⁸ e aquilo que externamente pode colaborar para compreender a evolução da língua.

Todo esse universo de fatores de várias ordens é que vai explicar a formação das línguas românicas. Com base nesses fatores, sobretudo de natureza externa, é possível caracterizar cada uma delas e mostrar por que, de uma variedade razoavelmente uniforme, como foi o latim vulgar, surgiram línguas di-

¹⁸ *Substrato* é: "Quando um povo conquistador impõe a sua própria língua a um povo conquistado, determinando o desaparecimento gradativo da língua dos primitivos habitantes" (SILVA, 2010, p. 25 – 26), *superstrato* é: "Quando povo imigrante e conquistador, que gradualmente adota a língua do seu novo ambiente e ao mesmo tempo influi de alguma forma no desenvolvimento ulterior dessa língua" (JUNGEMANN *apud* SILVA, 2010, p. 27), e a concepção de *adstrato*: "Representa a influência de duas línguas coexistentes uma ao lado de outra". (VIDOS *apud* SILVA, 2010, p. 27)

versas ainda que irmãs. (BASSETTO, 2001, p. 152)

A língua também muda com a “lei do menor esforço, isto é, a tendência para simplificar sempre mais a fala, levou o povo a alterar o latim” (SILVA, 2010, p. 49), buscando facilidades para pronunciar as palavras foneticamente difíceis, recorria-se em muitos casos a imitação fonética de outras línguas. A partir desses estudos analisaremos desde o início da formação da língua portuguesa as variações ocorridas. A gramática histórica será usada como base para melhor compreensão do processo de surgimento e transformação do idioma até os dias atuais, entretanto, pode-se perceber que a forma de como essas variações se manifestaram tem se repetido e vem influenciando a língua constantemente, pois ela se adapta a cada nova geração existente conforme seu uso cotidiano.

2. Objeto/corpus

O *corpus* abordado neste artigo tem como objetivo analisar e entender o uso da locução pronominal *a gente* em lugar do pronome *nós*, suas possíveis mudança de sentido, e como simplifica as conjugações verbais quando usado concomitantemente com *você*. O objetivo desta análise é, entender como se manifesta essas variações que se apresentam na oralidade (fala popular), tomando como base a gramática histórica, podemos perceber como a língua mudou com o passar do tempo, e como esse fenômeno que é considerado como “variante” do padrão estético da fala, mas está marcado e inserido imperceptivelmente em todas as classes sociais.

3. Objetivo

Os objetivos principais desta análise são:

3.1. Objetivo geral

Observar nos discursos e nas conversas informais o uso das dessas variantes linguísticas, como elas se apresentam e quando elas não se apresentam, tentando entender em que momento esse fenômeno acontece e, quando ele acontece, se é tão perceptível, por exemplo, quanto ao não uso de concordâncias nominal ou verbal.

3.2. Objetivos específicos:

- Analisar o uso dessas variantes por diferentes aspectos, mas sem diferenciar grupos sociais, pois independentemente do grupo e, em uma situação de informalidade essas variações ocorrem;
- Avaliar um grupo dessas palavras para detectar uma possível mudança na escrita, oralidade ou de sentido por meio de recursos teóricos;
- Verificar com base na teoria, as principais causas dessa ocorrência, se há uma carga histórica semelhante à oralidade popular de épocas passadas, e quais os fatores que contribuem para o uso contínuo dessa variante, mesmo o falante tendo conhecimento de sua forma considerada padrão pela gramática normativa.

3.3. Método do trabalho

A elaboração deste artigo é baseada em pesquisas teóricas, não sendo feito nenhum trabalho sociolinguístico, para comprovar em que região esse fenômeno ocorre com mais frequência. O foco principal foi observar as transformações, para explicar a simplificação na conjugação verbal por meios teóricos, buscando em registros anteriores, comparando o uso formal com as variações mais recentes, tendo em vista entender o porquê ocorre, quando ocorre, e em quais momentos acontecem com mais frequência. Trazendo fatos desde a gramática histórica, passando pela definição da língua e de como ela se manifesta independente do meio social em que o falante está inserido.

4. A gramática histórica

A gramática histórica ou diacrônica é uma das ramificações da linguística histórica, tem como seu objetivo, buscar em suas origens as mudanças e transformações que a língua portuguesa sofre através do tempo e espaço, sob seu aspecto evolutivo, essas mudanças ocorrem gradualmente de acordo com as tendências adotadas na fala do povo brasileiro. Segundo Ismael de Lima Coutinho (1976, p. 14), “A gramática histórica não é uma ciência inteiramente autônoma, mas está subordinada à glotologia, em cujas conclusões deve basear os seus princípios [...]” e, também pode ser dividida em lexicologia e sintaxe, a primeira subdivide-se em fonologia e morfologia, enquanto a segunda “ocupa-se das pala-

vras relacionadas umas com as outras, na frase” conforme explica o autor. (COUTINHO, 1976, p. 14)

Enquanto Ismael de Lima Coutinho estabelece que a gramática histórica é oriunda da linguística histórica, Carlos Alberto Faraco diferencia a segunda com a história da linguística.

É importante, então, esclarecer de saída essa questão. Uma coisa é estudar a história de uma ciência, recuperando suas origens e seu desenvolvimento no tempo — é o que se faz na *história da linguística*. Outra coisa é estudar as mudanças que ocorrem nas línguas humanas, à medida que o tempo passa, atividade específica dos estudiosos de *linguística histórica*. (FARACO, 2005, p. 13)

É por meio da gramática histórica que podemos identificar as mudanças ocorridas na língua, desde seus estudos de métodos comparativos, que consistem “[...] em relacionar os fatos de uma língua como análogos de outra ou outras da mesma família, para assim lhes descobrir a origem ou procedência” (COUTINHO, 1976, p. 14), até o nascimento da linguística.

5. *A história da língua portuguesa*

O português é uma língua *neolatina* ou *românica*, fruto das transformações ocorridas através dos tempos provenientes do latim vulgar que chegou até a Península Ibérica por intermédio do domínio e colonização romana originando a Segunda Guerra Púnica. Esses povos possuíam culturas diversificadas com uma população numerosa que se dividia em ibéricos (população antiga) e celtas (população recente) que predominava na faixa territorial onde Portugal se localiza atualmente. Todos esses povos adotaram (de forma imposta) o latim como sua língua oficial e também a cultura românica que expandiu por toda a região da península.

Após a expansão cultural romana por toda a região Ibérica e o latim já imposto como língua oficial, também surgem as variações, assim como temos hoje a língua considerada culta e a língua falada considerada como coloquial, é nada mais que uma releitura do que acontecera com o latim dessa época histórica, ou seja:

Uma língua tem dois empregos distintos: o literário, quase sempre escrito, usado pelos artistas da palavra e pela sociedade culta, difundido nas escolas e nas academias – e o popular, falado quase sempre, de que se serve o povo despreocupado e inculto. (SILVA NETO, *apud* SILVA, 2010, p. 21)

Essa língua do povo, no período de romanização da Península Ibé-

rica era conhecida como latim vulgar que era falada entre os plebeus, camponeses e soldados no seu cotidiano, não é nada diferente do que temos atualmente em nossa variação linguística e, é dessa variação popular que surge a língua portuguesa, pois esse “latim apresentava todos os defeitos, todas as falhas que uma língua pode apresentar quando o povo que o maneja não tem cultura e não se esmera no falar”. (SILVA, 2010, p. 21)

Conforme explica José Pereira da Silva (2010), esse latim imposto aos dominados, era impossível ser aprendido perfeitamente em um curto período de tempo, mas assim fora aprendido pela população dominada e pelos soldados dominados que haviam sido recrutados pelo exército romano. Ora, fazendo uma analogia com o discurso de um sujeito, conclui-se que não há opinião neutra, porque qualquer discurso é atravessado pelo contexto histórico e social e, pela visão de mundo que esse “eu” (mesmo que inconscientemente) possui dentro de sua sociedade, isto é, o nosso discurso é atravessado por outras ideias e por outras culturas interiorizadas (no “eu”) de acordo com cada contexto social. Como então esquecer completamente uma língua e imediatamente adotar outra (principalmente por imposição), sem que essa outra língua sofra variações pela cultura de quem a adotou obrigatoriamente? É impossível que não ocorram variações, portanto, esse latim que já apresentava suas variações pelos seus falantes nativos devido as diferenças de classes, também carregava sobre si as modificações influenciadas pelas várias outras culturas e contextos sociais. Esse foi o latim que originou a língua portuguesa, José Pereira da Silva diferencia essas variações de latim falado dentro do território romano da seguinte maneira:

Daí poder-se afirmar que “a designação *latim vulgar* não conceitua uma língua, mas um conglomerado de falares de vários tipos”, ideia que ressalta bastante clara da maneira, às vezes desdenhosa, como o latino culto designava o falar do povo: *sermo plebeius*, a fala da plebe; *sermo proletarius*, a fala dos operários; *sermo castrensis* (de *castra*, acampamento), o linguajar dos soldados. (SILVA, 2010, p. 22)

Não era esse o falar dos imperadores romanos (o falar de *César*), mas foi um falar de diversas classes sociais que formaram esse latim popular, mesmo sendo pouco registrado em documentos, deixou suas marcas dentro de cada língua que originou. Outros fatores também influenciaram pela “deformidade” do latim erudito. Com a queda do Império Romano o latim vulgar que era falado por toda região Ibérica, “passou a se desenvolver independentemente em cada região, isto é, dialetou-se”. (SILVA, 2010, p. 23)

Com a invasão dos bárbaros germânicos, descentralizou totalmente o poder do Império Romano, desfazendo a “unidade” da língua, entretanto de acordo com José Pereira da Silva (2010, p. 24), os “conquistadores, acabaram vencidos pela cultura dos povos conquistados, principalmente depois que o cristianismo ajudou a abrandar a aspereza exterior de uma raça fundamentalmente mística”, rendendo-se ao brilhantismo da civilização latina. Em seguida o latim sofre outra influência com a dominação árabe (os *mouros*), ocorrida no século VIII d.C em quase todo o território Ibérico, mas como possuíam uma língua de difícil aprendizado, não influenciou tanto na mudança linguística como influenciaram os visigodos após a invasão bárbara, com isso a península se torna uma região bilingue, não perdendo totalmente o idioma românico, conforme explica José Pereira da Silva (2010).

A degradação do Império Romano, a reconquista pelos visigodos e a expansão dos dialetos linguísticos surgidos em cada região, são fatores que alteraram profundamente o latim vulgar e, em seguida surge o *romance*, também conhecido como *romanço* (dando origem as línguas *neolatinas* ou *românicas*) que segundo José Pereira da Silva, “designam as diferentes falas, intermediárias entre o latim e as línguas atuais, que apareceram nas várias províncias do Império depois da queda de Roma” (2010, p. 29), dividindo-se em *romanço francês, italiano, catalão e lusitano* (de onde originou o português de Portugal), conclui José Pereira da Silva (2010).

A língua portuguesa passou por várias mudanças até chegar o português atual, partindo do *romanço lusitânico*, de acordo com José Pereira da Silva (2010), destaca-se os seguintes períodos que compreende a *Fase Pré-Histórica; Período do Português Proto-Histórico* e a *Fase Histórica*, a última citada inicia-se no século XII até os dias de hoje e subdivide-se em *Período do Português Arcaico* nesse período usava-se um português mesclado denominado de *Galego-Português*¹⁹ e o *Período do Português Moderno*, que a partir do século XIV fixa definitivamente o português que conhecemos em nossos dias.

¹⁹ Galego devido a região que hoje é a Espanha e que na época se chamava Galícia, era o grande centro cultural da época.

6. A simplificação na conjugação verbal

O uso do *a gente* em lugar de *nós* atualmente como locução pronominal tem sido bastante comum, sua origem (sem o artigo) vem do latim *gens* e, é classificado como substantivo feminino, podendo significar: a) conjunto de pessoas de uma mesma descendência; b) povo ou nação; c) no plural (*gentes*, *gentium*) tem o sentido de nações estrangeiras, referindo àqueles povos que não pertenciam à nação romana, segundo a descrição do *Dicionário Escolar Latino-Português* (1962). No *Diccionario da Lingua Portuguesa*²⁰ (1728), tem a mesma definição de povo e multidão como encontrada nos demais, porém não traz nenhuma definição do *a gente* como locução pronominal. Já, no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*²¹, encontra-se a seguinte definição: “s.f. povo, multidão de pessoas de ambos os sexos [...] // Nós, a pessoa ou pessoas que falam: Sempre esta gente que estuda sabe muito mais que *a gente*. (Castilho.) [...]” (AULETE, 1881, p. 858). Na segunda definição, o autor já faz alusão ao *a gente* com sentido de *nós* e cita um trecho de um escritor português António Feliciano de Castilho (1800-1875), já nessa época usava-se *a gente* como locução pronominal. No exemplo do dicionário apresentam dois casos, de *gente* sem o artigo e *gente* com o artigo, em virtude disso seu significado muda.

O substantivo *gente*, precedido do artigo *a* e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa. Em ambos os casos o verbo fica na 3ª pessoa do singular. (BECHARA, 1999, p. 166)

A palavra *gente* quando sozinha em uma frase significa um grupo de pessoas sem incluir o falante, sendo classificada como substantivo ou sujeito coletivo, entretanto, se *gente* vier após o artigo definido *a*, o sentido muda para locução pronominal, também se referindo a um grupo de pessoas, mas incluindo o falante, que seria o mesmo que *nós* (essa é a forma mais usada atualmente). Percebe-se que em ambos os casos a concordância do verbo fica na 3ª pessoa do singular.

²⁰ A versão analisada foi o Tomo Primeiro, Lisboa, e logo após foi reformado e acrescentado por António de Moraes Silva – Natural do Rio de Janeiro em 1789

²¹ Um dos principais dicionários da época iniciado por Francisco Júlio de Caldas Aulete (1823-1878), terminado por António Lopes dos Santos Valente e publicado em Lisboa pela Imprensa Nacional no ano de 1881, obra que originou o Novíssimo Dicionário Aulete lançado pela editora Lexicon, assim como também as demais versões publicadas pela mesma editora. Esta obra trouxe uma nova concepção para a Lexicografia e foi considerada uma inovação para a época.

Ao observar *nós* e *a gente* separadamente sem contexto algum, nota-se que *nós* é uma palavra monossílabo tónica com três fonemas /n//ó//s/, entretanto, se for pronunciada corretamente, apresenta um grau de dificuldade fonética, sendo o mesmo caso da palavra *boa* que na oralidade vira *bo[w]a* ou *idea* (arc.) que sofreu mudança para *ideia*, por isso, *nós*, muitas vezes (em algumas regiões) é pronunciada passando por uma ditongação com acréscimo da *glide* [j] após a vogal tónica [ó] passando a ter quatro fonemas /n//ó//i//s/, mesmo assim é uma pronúncia curta e rápida. Ao analisar ambas separadamente, percebe-se que o pronome tradicional tónico é trocado por uma locução maior formada por: artigo + substantivo, entretanto, quando estão dentro da frase e acompanhada pelo verbo nota-se a diferença, por exemplo: *nós falamos* > *a gente fala* – *Dentro de nós mesmos* > *Dentro da gente* – mesmo tendo a quantidade de fonemas iguais, na pronúncia facilita à oralidade com o uso do *a gente*, que praticamente executa a função de reduzir a sentença, os fonemas e o complemento, com isso simplifica e facilita à articulação oral dentro da frase.

Para entender mais o seu uso e a inclusão de sentido, pode-se analisar também sua posição pronominal, isto é, sabendo que *a gente* substitui *nós* e, ao trocá-lo na conjugação formal de qualquer verbo, automaticamente a pessoa verbal também altera, por exemplo: usando como paradigma o verbo ir: *eu vou, tu vais, ele vai, nós vamos* > (*a gente vai*), *vós ides, eles vão*. Ora, se a locução pronominal *a gente* substituísse a 1ª pessoa do plural (*nós*) assumindo o sentido em sua totalidade, ficaria: *a gente vamos*, mas por ser um termo variante ocorre um solecismo, pois não se encaixa com a concordância da forma padrão. Deve-se considerar também que, ainda traz sua carga semântica anterior e manifesta esses resíduos pertencentes ao seu sentido de coletividade (*gente*), conforme o exemplo da seguinte frase: – *Aquele(a) povo (gente) vai ao jogo* – por esse motivo há essa influência na concordância do verbo, forçando a mudança para 3ª pessoa do singular. Sendo *gente* ainda o sujeito coletivo, mas que agora está se inserindo em outra classe como variante, mesmo que não tenha perdido totalmente a sua origem.

Observa-se que o substantivo ganha um novo sentido mas continua com a única concordância que usava anteriormente, isto é, não é usado mais somente como um substantivo coletivo, porém pode-se dizer que ainda representa uma coletividade, nesse caso não é mais exclusiva, mas inclusiva, por outro lado, ainda manifesta as características da outra classe. Devido a isso, ainda mantém sua única forma de concordar com o

verbo, prevalecendo a regra do sujeito coletivo, então, o tempo verbal usado é da 3ª pessoa do singular (*ele*), logo, o pronome *a gente*, substitui o *nós* e, por derivar de um substantivo coletivo mantém a mesma regra de concordância usada para essa classe de palavras que pede o verbo e complementos no singular. Entretanto, não usa o singular da pessoa que substitui, mas a conjugação verbal da 3ª pessoa do plural singular que também é a mesma do pronome de tratamento *ocê*.

Conforme também explica Célia Regina dos Santos Lopes, esse processo de simplificação da conjugação verbal continua com a inclusão do *ocê* também como pronome pessoal no lugar do *tu* e *ocês* no lugar do *vós*, isso irá colaborar para a quebra do paradigma da conjugação verbal. Por exemplo, na troca do *tu* para *ocê* deveria ficar: *tu vais* > *ocê vai*, entretanto, mais uma vez essa concordância não é usada, então, *ocê* busca em seu sentido anterior a mesma concordância quando usado como pronome de tratamento, sendo assim usa-se o verbo da pessoa seguinte que também é a 3ª pessoa do singular (*ele*), como segue no exemplo: – *Vossa Excelência vai à cerimônia?* – Usando essa mesma norma, a concordância muda para: *ocê vai*, ao passar para o plural, também não vai trocar de: *vós sois* > *ocês sois*, mas por questão de concordância anterior, usa-se o plural da 3ª pessoa (*eles*) indo para: *ocês são*, conforme acontece com *a gente*, que obrigatoriamente pede o verbo da 3ª pessoa do singular.

Em suma o resultado dessas trocas é: *eu vou, você vai, ele vai, a gente vai, vocês vão, eles vão*. Pode-se perceber que não muda somente a representação do pronome, mas nessa troca exige-se também o uso do verbo de outra pessoa pronominal (*ele*) e não somente isso, mas acontece também a queda de três variações do paradigma verbal: *tu vais, nós vamos* e *vós ides*, reduzindo para apenas três diferentes formas de conjugação: *eu vou, você/ele/a gente vai, vocês/eles vão*, aproximando-se ao verbo *to be* do inglês, no *simple present*, que conjuga-se usando apenas três variações verbais: *I am, you are, he/she/it is, we/you/they are*.

Com isso, essa redução do paradigma verbal é uma forma bastante utilizada informalmente, uma vez que simplifica o uso dos verbos e, “levou nosso paradigma a três formas distintas, sobrecarregando as formas verbais com desinência zero”. (DUARTE, 1995, p. 79)

7. *Outros casos no uso do você e a gente*

Em alguns casos, o *a gente* também é usado no lugar do *eu*, de forma pessoal ou impessoal, por exemplo: – *Você vai à festa de formatura?* – *A gente vai, né!* – A resposta parece impessoal, pois o enunciador pergunta diretamente ao interlocutor (*Você*) que responde com *a gente* (de forma pessoal), referindo-se a ele mesmo, seria esse o sentido adequado. Contudo, estaria o interlocutor referindo-se somente a ele ou incluindo mais alguém além dele? Nesse caso, ele poderia estar incluindo até mesmo o próprio enunciador que fez a pergunta, mas esse parecer não está claro, pode ocorrer as duas possibilidades e, sabendo que o *a gente* não tem um único padrão significativo, o sentido vai depender do contexto e do momento da recepção, mas tudo indica que o *a gente* está sendo usado como *eu*, entretanto, de forma menos clara e menos convicta, ou seja, de forma meio duvidosa. Levando em conta àquilo que é mais convicto e sem haver dúvida na ação, o interlocutor usaria o *eu* no lugar de *a gente*. Considerando também o uso “correto”, isto é, se a pergunta é direcionada a segunda pessoa com quem se fala (*você*), subentende-se que a resposta seja com o uso do pronome *eu*, pois *eu* responde por si mesmo e não pode responder pelo outro, quem sabe do outro é ele próprio.

Você e a gente também podem transmitir impessoalidade em uma oração, veja o exemplo: “Daniel, a situação comigo está difícil. Chega um momento que *você* não sabe o que fazer” (QUEIROZ, *apud* BECHARA, 1999, p. 162). Conforme observado no enunciado, *você* ou *a gente* podem ser trocados na mesma oração sem mudar o seu sentido (*você = a gente*), pois ambos podem ser usados com a ideia de impessoalidade referindo-se a uma reação comum a qualquer pessoa e que foi manifestada no falante. O enunciador poderia ter colocado sua reação pessoal (Chegou um momento que *eu* não sabia o que fazer), mas preferiu a impessoalidade generalizando um sentimento comum.

Partindo desse pressuposto, considerando a seguinte frase: – *A gente reclama de barriga cheia* – percebe-se que ela é usada de forma impessoal não apresentando um sujeito específico ou explícito na oração e, tanto pode incluir o falante (caso que raramente acontece) como também pode excluí-lo. Portanto, na maioria dos casos está se referindo a alguém ou a um grupo de pessoas com a exclusão do *eu* enunciativo, pois a finalidade é de passar a ideia de impessoalidade, insinuando uma possível crítica a alguém sem especificar à pessoa ou pessoas de quem está falando.

Outro caso é a expressão: – *A gente faz o que pode!* – podendo também transmitir uma impessoalidade quando é dito de um determinado lugar empírico, isto é, referindo-se a um grupo pode simbolizar uma instituição ou um grupo social que o falante está representando ou uma determinada classe em que o enunciador faz parte, isso vai depender da posição ou lugar social do falante. Entretanto, quando é dito de forma individual enquanto posição sujeito, mesmo que emita a pessoalidade do enunciador, refere-se a si próprio de forma impessoal, pois usa a expressão com o fim de amenizar a ênfase sobre a 1ª pessoa (*eu*) e tornar explícito uma possível ideia de humildade do falante. “Assim, a antiga expressão indeterminada penetrou no quadro dos pronomes pessoais, funcionando basicamente como *nós*, mas também como *eu*, quando o falante quer ser menos assertivo, [...]”. (CASTILHO, 1997, p. 255)

8. Observações e limitações no uso do *a gente*

De acordo com Maria Eugênia Lamoglia Duarte (1995), houve uma sobrecarga na terceira pessoa do singular, observa-se então que essa pessoa não se refere mais somente a *ele*, mas agora inclui: *você* e *a gente*. Célia Regina dos Santos Lopes (2007) explica que essa terceira pessoa caracteriza-se como a “não-pessoa” do diálogo e também por não possuir desinência verbal assume a impessoalidade.

Diante disso, percebe-se que o uso do *a gente* acaba assumindo algumas observações que devem ser consideradas, a sua principal função é, indubitavelmente, a substituição do pronome pessoal *nós*, mas em algumas ocasiões o seu sentido fica limitado não sendo tão completo como o pronome a qual ele substituiu devido ao seu grau elevado de impessoalidade. Por outro lado, pronome pessoal *nós*, “permite leituras interpretativas diversas que vão desde uma determinação precisa (...), até um grau máximo de indeterminação e generalidade” (LOPES, 1999, p. 128), com isso, também pode aparecer de forma elíptica em que pode ser identificado pela desinência verbal.

Na frase – *Fomos à festa* – o sujeito (*Nós*) está oculto²², contudo, é facilmente revelado, ou seja, ao questionar quem é o sujeito dessa frase não obtemos *a gente* como opção, mas a única resposta que se adequaria

²² Esse tipo de sujeito é conhecido também como elíptico, implícito ou desinencial sendo aquele sujeito que não está expresso na oração, mas pode ser identificado pela desinência número-pessoal.

por completar concordância verbal é exatamente o pronome que supri a totalidade sintática. Se colocar a concordância do verbo (3ª pessoa do singular) de acordo com a variação pronominal e da mesma forma deixá-la oculto na sentença, a frase ficaria – *Foi à festa* – mas nesse caso não dá para saber ao certo quem seria o sujeito da oração pelo fato de aceitar três possibilidades de acordo com a variação da simplificação verbal (*ele, você, a gente*).

Dessa maneira, a locução pronominal não completa o sentido por não ser a única opção de sujeito, por outro lado, quem completaria a frase seria o pronome que corresponde a essa pessoa do verbo (*ele*) que também poderia ser identificado pelo contexto da oração. Sendo assim, não é possível a construção de sujeito oculto com a variante *a gente*, pois ela deve vir obrigatoriamente expressa na oração, veja o exemplo:

(...) *E a gente vive junto*
E a gente se dá bem
Não desejamos mal a quase ninguém

E a gente vai à luta
E conhece a dor
Consideramos justa
Toda forma de amor.

(SANTOS, 1988)

Como pode-se perceber, o verbo concorda com o primeiro e o segundo *a gente* (vv. 1 e 2) por estar explícito na oração, contudo, quando o sujeito não ficou mais expresso (vv. 3 e 6), o verbo obrigatoriamente passou para a 1ª pessoa do plural concordando com *nós*, que exerce a função de sujeito oculto. Nos versos 4 e 5 os verbos concordam novamente com *a gente* por estar explícito na oração²³.

Na forma escrita há casos em que o uso da variação pronominal ocasiona ambiguidade, sendo assim, é mais recomendável servir-se do pronome *nós*, isso ocorre nos casos em que *gente*, mesmo precedido de artigo *a*, pode indicar coletividade ou estar como locução pronominal. Desse modo, se o sentido do *a gente* expresso no texto traz a ideia de coletividade, é melhor que se utilize um substantivo coletivo com sinônimo mais próximo, como: *povo, pessoas* etc.

²³ O verso 5 é dependente da primeira oração e está ligada pelo conectivo de adição dando continuidade à oração anterior possuindo o mesmo sujeito explícito da oração principal.

Atualmente, com o ganho de sentido desse substantivo que por consequência ocasionou sua inclusão em uma outra classe gramatical, “(...) ora consideram a gente como pronome pessoal, ora como forma de tratamento, ou ainda como pronome indefinido” (LOPES, 1998), muito raramente se usa *a gente* (artigo + substantivo) indicando coletividade, isto é, referindo-se a povo ou multidão de pessoas, contudo, isso não significa que não possa ocorrer. No exemplo: – *A gente ocupou o prédio abandonado* – sem o contexto, pode surgir a seguinte dúvida: Quem ocupou o prédio? *Nós* (que inclui o *eu*) ou o *povo* (que exclui o *eu*), em outras palavras, é um *a gente* inclusivo ou exclusivo? Nesses casos é recomendável o uso da palavra que não cause ambiguidade ao texto, “uma vez que só há ‘nós’ a partir de ‘eu’” (BECHARA, 1999, p. 164), mas por outro lado, também existe *a gente* sem o *eu*.

Nos versos de Camões, encontra-se muita ocorrência do substantivo *gente* precedido de artigo com o sentido de coletividade, veja um exemplo no primeiro canto de *Os Lusíadas*:

Ó grandes e gravíssimos perigos,
Ó caminho de vida nunca certo,
Que aonde *a gente* põe **sua** esperança
Tenha a vida tão pouca segurança!

(CAMÕES, 1916, *Os Lusíadas*, grifo nosso)

Nota-se que *a gente*, decerto está no sentido de povo, podendo ser facilmente identificado pelo contexto e principalmente pelo pronome possessivo *sua*, marcando a exclusão do enunciador, caso estivesse como variante pronominal referindo-se a *nós* o pronome possessivo usado deveria ser *nossa* para indicar a inclusão do falante.

9. Considerações finais

Com base nas análises desses dados, pode-se compreender uma pequena parte da formação e mudanças ocorridas na nossa língua através do tempo. Passando desde o latim vulgar até a atualidade, essas mudanças acontecem na sua maioria da fala popular, que é considerada “errada” pela classe elitizada, mas é através dela que a língua se adequa às mudanças. Raramente há transformações partindo de “cima” para “baixo”, pode ocorrer maior incidência com uso de anglicismos (*feedback*, *piercing*, *know how*, etc., mesmo assim, algumas dessas palavras acabam sendo aportuguesadas pela fala do povo), pois a classe que está no poder, quer preservar seu idioma padrão, ou seja, prezar pela “norma culta”, ou

usar termos que representem *status* e poder sobre outro.

Entretanto é a classe estigmatizada, através de sua criatividade e fala popular, que mantém a língua viva, funcionando e em constante transformação e adequação. Não se pode definir a língua como um sistema fechado e imutável, pois não existe uma classe que seja dona da língua, portanto, ela é coletiva e está aberta às mudanças. Pode-se dizer que a língua é um bem social como afirma Saussure, pois ela é uma obra inacabada e ainda está em construção. Foram citados vários exemplos de transformação na língua portuguesa, desde a sua formação até os dias atuais. Mas, por que elas ocorrem? Por qual motivo as gerações futuras mantêm essas variações? Essas mudanças sempre irão ocorrer, pois elas são o que mantém a língua viva, é pela diversidade da fala que língua permanece e essas transformações passam de geração a geração. O homem adquire a língua no meio social em que está inserido, o meio influencia o falante e o falante influencia o meio.

Por outro lado ao ter acesso às obras antigas deve-se tomar cuidado ao interpretar alguma palavra que ao longo do tempo mudou o sentido ou ganhou novos sentidos, conforme foi visto com *a gente* nos versos de Camões, se considerar sua inclusão na classe pronominal que no período desta obra não existia o texto se tornará ambíguo, decerto que *a gente* também desempenha a função de sujeito coletivo, pois quando se refere ao povo não inclui o enunciador, mesmo que o falante pertença ao povo referido, ele não se inclui omitindo sua pessoalidade.

Conclui-se que fala é individual e atravessada pelo “eu” do discurso sendo o sujeito transformador da língua que reflete essa mudança no social e no coletivo, conseqüentemente, retorna essa mudança transformando o sujeito. É o que vimos na história que transformou o latim clássico para o latim vulgar e diferencia o português de Portugal do português do Brasil. O que originou a língua portuguesa, foi a diversidade de culturas e de povos dominados, sendo impostos a falar aquele idioma. Não há como um povo adquirir outra cultura, sem que a sua cultura anterior afete essa outra, essa diversidade transformou o latim e formou outras línguas e entre essas, surgiu a nossa língua brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, vol. 1.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Comentados por Augusto Epiphânio da Silva Dias. 2. ed. Porto: Cia. Portuguesa Ed., 1916. Tomo I.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 237-269.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos da gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. 1995. Tese (de doutorado). – Unicamp, Campinas.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística). – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA*, vol. 14, n. 2, p. 405-422, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000200006>> Acesso em: 29-10-2016.

_____. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; VIEIRA, Sílvia Rodrigues. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114

SANTOS, Lulu. Toda forma de amor. In: _____. *Toda forma de amor*. São Paulo: RCA, BMG Ariola discos Ltda. 1988. 1 Disco sonoro. Lado B, Faixa 1 (3 min 44), 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol.

SILVA, José Pereira. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 1.ed. Rio de Janeiro: O Autor, 2010, 200 p.